

Constituinte revê regimento terça-feira



Ulysses recebe o requerimento do "Centrão" e marca sessão extraordinária para terça-feira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com 315 assinaturas e apoio expresso de três líderes partidários — José Lourenço, do PFL, Amaral Neto, do PDS, e Gastone Righi, do PTB —, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem requerimento do grupo Centrão, pedindo a convocação de sessão ordinária da Assembleia Constituinte, na próxima terça-feira, para apresentação e leitura do projeto de resolução que modifica o regimento interno, permitindo emendas aditivas, substitutivas e supressivas no plenário.

O requerimento foi entregue pelos moderados no final da tarde, tendo o deputado Ulysses Guimarães marcado para as 21 horas de terça-feira a sessão destinada a iniciar a tramitação regimental do projeto de resolução. Além dos líderes do PFL, PDS e PTB, estiveram no gabinete de Ulysses os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luís Eduardo (PFL-BA). Eles foram recebidos no gabinete reservado do presidente da Constituinte e o encontro não durou nem três minutos.

"Nós fizemos a entrega do requerimento, ele leu e marcou imediatamente a sessão", informou o deputado Ricardo Fiúza.

Os moderados saíram do gabinete de Ulysses e foram para o do líder do PFL discutir a estratégia

que será adotada pelo grupo na sessão de apresentação do projeto de resolução. Eles reafirmaram a decisão de obstruir os trabalhos da Constituinte enquanto o projeto não for votado pelo plenário.

PROJETO

Os principais coordenadores do chamado Centrão manifestaram-se contra a entrega, ontem, do projeto de resolução para modificar o regimento interno. A alegação foi a de que haveria todo o final de semana para pressões pela retirada de assinaturas e, ainda, para estudar medidas contra o projeto.

Durante reunião dos coordenadores e integrantes do grupo, ficou decidida a apresentação de requerimento ao presidente da Constituinte para convocar a sessão plenária da próxima terça-feira. Nesse dia deve ser formalizado o projeto de resolução de reforma regimental, com mais de 300 assinaturas de apoio.

Uma nota curiosa: o deputado Sarney Filho (PFL/MA) ainda não assinou o documento, alegou que é de "meia-esquerda" e que iria examinar as emendas do Centrão, antes de seu apoio prévio ao projeto. Outros parlamentares, principalmente da ala dissidente do PFL, condicionaram o apoio à mudança regimental, sem se comprometer, no mérito, com as emendas que poderão ser apresentadas.

O coordenador de apoio do Centrão, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), garantiu que obterá mais de 320 assinaturas de apoio.

O novo texto do projeto de resolução é o seguinte:

"Art. 1 — Acrescente-se ao regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte o seguinte Artigo 27, renumerando-se os demais; Art. 27 — incluído o projeto na ordem do dia, para votação, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada a maioria absoluta da Assembleia a apresentação de emendas substitutivas aditivas e supressivas a títulos, capítulos e seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos que serão relatados oral e conclusivamente, em plenário, pelo relator da Comissão de Sistematização, sendo-lhe vedado apresentar novas emendas.

Parágrafo Único: As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência sobre todas as demais conexas, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no Parágrafo 4 do Artigo 64, independentemente do requerimento ali exigido.

Art. 2 — este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aplicação.

Art. 3 — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Parágrafo 2 do Artigo 23"

Prisco diz que agora o governo fica tranquilo

AGÊNCIA ESTADO

A obtenção da maioria absoluta na Assembleia Nacional Constituinte pelo Centrão, grupo interpartidário de defesa da livre iniciativa, foi definida ontem, em Brasília, pelo ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, como um fator de segurança para o governo, uma vez que cria um "quadro de estabilidade".

Essa estabilidade, disse o ministro, dá ao governo condições de operar em todas as frentes, negociando os temas em que não for possível encontrar acordo. Prisco Viana admite que, apesar da identidade ideológica do Centrão com o governo, a maioria no plenário pode dividir-se ao votar temas polêmicos. Ele não vê risco, porém, nos casos do mandato presidencial e regime de governo, questões nas quais, assegurou, devem prevalecer as tendências por cinco anos e presidencialismo.

Prisco Viana qualificou de "fato político de grande importância" a maioria obtida, ontem, pelo Centrão e previu seu desdobramento na Assembleia Constituinte. "A verdade

da Constituinte está no plenário", afirmou o ministro, numa crítica à Comissão de Sistematização que, a seu ver, não representa o pensamento da maioria dos constituintes. A maioria, acrescentou, está expressa no grupo de centro, que demonstra unidade ideológica moderada.

Segundo o porta-voz do Planalto, Antônio Frota Neto, o Centrão demonstra que há desencontro entre o plenário e a Sistematização. "É um problema que deverá ser sanado agora", disse ele, afirmando considerar o grupo uma manifestação política preocupada em recuperar a proporcionalidade na representação do processo decisório da Assembleia.

Em Porto Alegre, o senador José Paulo Bisol (PMDB) disse, em entrevista coletiva à imprensa, ser "um blefe" as informações de que o Centrão havia conseguido a maioria absoluta na Constituinte. O senador gaúcho também previu que o plenário da Assembleia deverá aprovar não apenas reformas profundas na Sistematização, mas que, muito em breve, tornar-se-á "irreversível" a convocação de eleições diretas para a Presidência da República em 1988.

Centrão, agrupamento de várias tendências

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão, que hoje representa bem mais da maioria absoluta da Assembleia Constituinte — mais de 300 dos 559 parlamentares, segundo seus coordenadores — começou a ser pre-analizado nos primeiros meses deste ano, na tentativa inicial de Roberto Cardoso Alves, Amaral Neto, Afif Domingos, Expedito Machado, José Lourenço, Siqueira Campos e outros de evitar uma nova Carta socialista.

Na ocasião, surgiu até um esboço de "manifesto", tendo como ponto central a defesa da livre iniciativa. Com a intensidade dos trabalhos das subcomissões e das comissões temáticas da Constituinte, a proposta do centro-liberal não avançou. Também não foi arquivada. Com a turbulência da Comissão de Sistematização e aprovação de emendas em questões sócio-econômicas, consideradas "exageradas" pelos moderados, o grupo reapareceu, melhor organizado, acima das siglas partidárias.

Seus principais coordenadores asseguraram que não têm ligação com o Planalto, mas admitem que houve entendimentos com lideranças empresariais, "igualmente preocupadas com a 'guinada para a esquerda' de votações na Comissão de Sistematização".

Na semana passada, por iniciativa, entre outros, dos deputados Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) — filho do ministro de Comunicações —, Ricardo Fiúza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP), Rosa Prata (PMDB-MG), Jorge Viana (PMDB-BA) e Cardoso Alves (PMDB-SP), os moderados começaram a se reunir em dependências do Hotel Nacional, o mais tradicional de Brasília.

Na troca de idéias e de críticas à Comissão de Sistematização, surgiu a proposta de um projeto de resolução para tentar alterar o regimento interno da Constituinte. A sugestão inicial de um substitutivo global foi afastada. A meta principal é a de permitir mudanças regimentais para apresentação, no plenário da Assembleia Constituinte, de emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos e demais dispositivos ao projeto final do relator. Eles negam a intenção de apresentar recursos ao Supremo Tribunal Federal contra a Comissão de Sistematização.

Conseguida a reforma do regimento interno, os moderados pretendem preparar algumas emendas, visando, principalmente, questões sócio-econômicas, como as da reforma agrária, educação, saúde, direitos trabalhistas. Pretendem deixar para a legislação ordinária, por exemplo, questões relacionadas com a jornada de trabalho, férias e estabilidade. Nestes temas a proposta coincide com o gosto do Planalto.

Embora garantindo que o Centrão não tenha donos, há os líderes naturais, como Ricardo Fiúza, Cardoso Alves, Afif Domingos e Expedito Machado. São parlamentaristas, presidencialistas e até monarquistas.

Sistema de governo e duração de mandato são questões abertas. O Centrão deixará que cada um vote conforme suas convicções ou conveniências políticas. Os líderes garantem que na área sócio-econômica praticamente não há divergências. Muitos, porém, apóiam a reforma do regimento, mas nada asseguraram quanto às prováveis emendas.

Há parlamentares que dizem apoiar a proposta, mas pedem para não assinar "pele receio do patulamento". Houve o caso do deputado João de Deus Antunes, do PDT gaúcho, que assinou nota pedindo para tornar sua assinatura sem efeito, a pedido da liderança. Mas já confirmou o apoio com nova assinatura. Outro deputado do PDT, Feres Nader (RJ), também assinou.

Parlamentares ligados ao presidente Sarney, defensores do presidencialismo com cinco anos de mandato, estão lado a lado dos parlamentaristas e dos que não poupam o governo de críticas. Alguns até apóiam mandato de seis anos. "A favor dos quatro anos, por enquanto, não conheço ninguém", comentou um dos coordenadores do grupo.

Fazem parte do Centrão parlamentares do PFL que pregam o rompimento e os que apóiam o governo Sarney. Nas reuniões, todos evitam falar de presidencialismo, de parlamentarismo e da duração do mandato presidencial. Muito menos de eleições gerais depois da promulgação da futura Constituição.

Entre os "amigos de Sarney", favoráveis ao presidencialismo, são do Centrão, entre outros, Carlos Sant'Anna, Expedito Machado, Dasso Coimbra, Roberto Cardoso Alves, Jorge Viana, Basílio Vilani, Rosa Prata e Luiz Eduardo Magalhães.

Os parlamentares são Bonifácio de Andrada, Victor Faccioni, Humberto Souto, Arnaldo Prieto, Luiz Viana Neto, Márcio Assad, Gastone Righi, Lúcio Alcântara, Joaquim Bevilacqua, José Lins, Siqueira Campos — do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB e do PDC. Quase todos criticam o governo Sarney, convivendo com outros que o defendem. Estão no Centrão o parlamentarista Marco Maciel e o parlamentarista Jorge Bornhausen — líderes nacionais do PFL —, junto com os líderes do PDS, Amaral Neto; do PTB, Gastone Righi; do PFL, José Lourenço; e do PDC, e Siqueira Campos. O ex-ministro Delim Netto (PDS), presidencialista, agora favorável ao mandato de quatro anos, também é do Centrão.

Paz para trabalhar, é o apelo dos empresários

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Deixem a iniciativa privada em paz", disse ontem o empresário Antônio Ermírio de Moraes, na cerimônia de instalação do Conselho Consultivo da União Brasileira dos Empresários (UBE). Ele criticou os políticos que trabalham na elaboração da nova Constituição brasileira que, "ao invés de pensar nas próximas gerações — como fazem os estadistas — pensam exclusivamente nas próximas eleições".

Membro do Conselho Consultivo da UBE, Antônio Ermírio, que falou em nome dos empresários, criticou não só o trabalho da Constituinte — e principalmente a estabilidade no emprego inserida no projeto da Comissão de Sistematização, que "vai reduzir drasticamente o número de empregos e de empregos" — mas toda a política do governo. "A máquina governamental não pára de crescer", disse ele, recomendando que o Estado se concentre em atividades como o saneamento básico, a saúde e a educação.

Na solenidade estavam presentes cerca de 250 empresários de todo o País. Segundo o coordenador da UBE e

presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, a intenção dos empresários é "lançar à Nação um alerta contra os perigos que ameaçam a sociedade". Segundo ele, "estamos arriscados a ter uma Constituinte progressista nas intenções e falimentarista nos resultados".

A tese desenvolvida pelos empresários, de acordo com Oliveira Santos, é de que a estabilidade no emprego pode inviabilizar o progresso tecnológico, constituindo-se um estímulo à acomodação e ao desinteresse dos trabalhadores, que podem conduzir à queda da produtividade. Em seu discurso, o líder do comércio criticou a excessiva presença do Estado e a "cambiante regulamentação da economia". Para ele, na Constituinte, "a ação política de uma minoria radical ativista, bem organizada, desafia as tradições e conquistas do passado, acenando ao povo com benefícios sociais muito acima das reais possibilidades do Estado e com promessas de uma política redistributiva contraditória, que promete a reforma agrária, previdência social, educação, saúde e aumentos reais de salários, ao mesmo tempo em que se preocupa em cercar a liberdade de iniciativa do empresário privado, em atufar a

contribuição do capital estrangeiro, em romper com o sistema financeiro internacional, dificultando a importação de tecnologia, substituindo o regime de competição pela reserva de mercado e afastando a economia nacional do convívio e da integração internacionais". Também em nome da UBE, Oliveira Santos convocou as classes produtoras para um pacto de ação "na defesa dos sadios princípios do capitalismo moderno, da economia de mercado, da livre iniciativa e da democracia social". Foi aplaudido de pé.

ESFORÇO

Num esforço concentrado a ter início hoje e que se deverá prolongar pelo final de semana, em Brasília, a CUT pretende dar sua resposta às articulações que vêm sendo feitas pela área empresarial para alterar os dispositivos constitucionais já votados pela Sistematização, entre eles a estabilidade, jornada de trabalho e licença-gestante.

Mais informações sobre a UBE na página 20 e íntegra do discurso de Ermírio na página 32

No Diap, a prática não segue a teoria

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — Diap — mobilizou todas as suas forças no lobby da Constituinte em favor da aprovação da estabilidade no emprego, mas o seu presidente, Antônio Octaviano, não esperou o resultado de tanto empenho: no dia 10 de setembro tratou de despedir oito dos dez empregados da Federação Nacional dos Engenheiros, da qual também é o presidente.

Os demitidos estão entrando na Justiça com uma reclamação trabalhista porque afirmam que a entidade não pagou nem o mês de aviso prévio, durante o qual trabalharam, que venceu no dia 10 de outubro. Apesar disso, o Diap continua atuando ativamente na Constituinte. Publica até um jornal, dirigido e distribuído às entidades sindicais de todo o país, e vai certamente lutar para manter, em plenário, a estabilidade no emprego — naturalmente para os outros.

PFL só se une para manter líder

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O PFL está irremediavelmente dividido." A afirmação é de seu primeiro vice-líder, o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), que baseia seu diagnóstico na disposição do grupo "moderno" do partido e de várias seções estaduais de seguir o exemplo da seção pernambucana e também romper com o governo José Sarney, contrariando a decisão do diretório nacional. Apesar das divergências internas, o PFL conseguiu chegar a um denominador comum ontem pela manhã, quando 11 dos 15 senadores decidiram manter, por aclamação, Carlos Chiarelli (RS) na liderança, embora não concordem com sua posição oposicionista. "Deixei claro, na reunião, que me mantenho na mesma posição", reafirmou o líder.

Anteontem à noite, um grupo de liberais que defendem o ponto de vista de que o partido deve afastar-se do governo reuniu-se no apartamento do deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE). Eles decidiram discutir, sem maior pressa, um documento preparado pelo anfitrião contendo duras críticas ao governo Sarney e um roteiro de ações para enfrentar as eleições do ano que vem. "Defendemos eleições gerais como tese de aglutinação", afirmou um dos participantes do encontro, o ex-ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen (SC).

A cúpula do PFL está consciente de suas dificuldades e busca, através de seguidas reuniões, identificar uma estratégia capaz de manter o partido unido até o término dos trabalhos da Constituinte, quando, então, os liberais realizarão uma convenção nacional destinada a examinar as suas relações com o governo federal. Ainda ontem, os senadores Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, grupo fundador do PFL, reuniram-se na biblioteca do Senado para estudar a situação. Entre as várias hipóteses de trabalho analisadas estão a realização de eleições diretas para presidente da República, em 88, quando seria candidato o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, e até a convocação de eleições gerais no próximo ano, em todos os níveis.

DOCUMENTO

No longo documento, de 15 páginas, preparado por Lúcio Alcântara e que está sendo discutido pelo grupo "Moderno" do PFL, o deputado propõe, entre outros pontos, a "reforma da organização do Estado, com a eliminação de algumas de suas funções; o redimensionamento e a redefinição das funções públicas e a instituição do mérito como forma de ingresso e progresso" no funcionalismo público. E acusa o governo Sarney de jamais ter enfrentado "com determinação e competência" o déficit público.

'Nem de direita nem de esquerda'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Até o final dos trabalhos da Constituinte, o empresário brasileiro deve investir US\$ 35 milhões para garantir, na futura Constituição, a inclusão de princípios como a livre iniciativa e a economia de mercado. Para atingir este objetivo, os empresários não medem esforços. Nos últimos 15 dias, por exemplo, já financiaram a ocupação de três andares do mais tradicional hotel de Brasília, pelo grupo moderado do Congresso, o Centrão, onde são realizadas diariamente reuniões para definir as estratégias do grupo.

Insatisfeitos com o projeto que vem sendo debatido pela Comissão de Sistematização da Constituinte, os empresários também lançaram uma campanha publicitária na televisão, com três filmes de um minuto de duração, que custou à comissão de finanças da Frente Nacional pela Livre Iniciativa, Cz\$ 70 milhões.

"Não somos uma entidade de extrema direita nem de esquerda", definiu ontem o empresário Antônio Ermírio, do Grupo Votorantim, "somos homens sofridos que procuram os constituintes, independentemente de ideologias, para que se possa legislar uma Carta em favor de todos os brasileiros que querem um país sério".

"Estávamos todos trabalhando isoladamente, e agora resolvemos nos unir", explicou Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Na verdade, são duas instituições que, reativadas, passaram a trabalhar paralelamente em Brasília, nos últimos dias. A União Brasileira de Empresários, criada em 1986, reúne as confederações de todos os setores da economia e mais 600 entidades. Seus objetivos, entre outros, são: a defesa da liberdade econômica, do direito de propriedade, da iniciativa privada e da economia de mercado. A Frente Nacional pela Livre Iniciativa, segundo Mário Amato, tem mais de dez anos, e foi reativada no mês passado por iniciativa de João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, congregando empresários e profissionais liberais. Seu trabalho visa obter o voto de pelo menos 280 constituintes para a alteração dos direitos sociais do projeto da sistematização.

Em princípio, pretende-se alterar os dispositivos da estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 44 horas, a hora extra em dobro, a obrigatoriedade de contratação de 10% dos empregados com mais de 45 anos e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos. "Vamos obedecer ao texto constitucional, mas temos o direito de lutar até o fim", disse Antônio Ermírio de Moraes.



Ermírio fala para mais de 250 empresários

Plenário poderá mudar estabilidade, diz Covas

O líder do PMDB, senador Mário Covas, admitiu ontem a possibilidade de alteração, no plenário final da Constituinte, da estabilidade no emprego nos termos propostos pelo anteprojeto do relator Bernardo Cabral. Covas lembrou que, durante a votação na Comissão de Sistematização, a liderança do PMDB chegou a defender o retorno ao primeiro substitutivo de Cabral, que deixava a estabilidade para ser definida na legislação ordinária.

Mário Covas disse saber da existência de um grupo, liderado pelo deputado José Serra, que defende o retorno da discussão deste dispositivo no plenário final da Constituinte, mas afirmou não poder antecipar nenhuma previsão. Observou que novas formas de garantia de emprego podem ser estudadas nas relações entre empresários e trabalhadores, não devendo ser esta uma questão necessariamente problemática, a ponto de provocar disputas como as que têm ocorrido na Constituinte.

O líder do PMDB na Constituinte voltou a condenar a tentativa de alteração do regimento interno, frisando que quem tiver maioria de 280 votos pode alterar o anteprojeto através de destaque. A maioria deve prevalecer sobre cada item votado, e não apenas ser de um determinado

grupo político sobre o conjunto da Constituinte, observou o senador paulista, assinalando que, "se assim fosse, o PMDB, unido com seus 306 constituintes, aprovaria o que quisesse".



Mário Covas